

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck

012ª CECE 29ABR2025

Pauta: Paralisação das obras das escolas de educação infantil no Extremo-Sul.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h15min) Boa tarde a todos. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE. Estão presentes aqui conosco os vereadores que compõem a comissão: o Ver. Gilson Padeiro, que é um dos proponentes; a Ver.^a Juliana de Souza, nossa vice-presidente; o Ver. Carlo Carotenuto; e eu, presidindo os trabalhos, Ver. Rafael Fleck. Ao meu lado, o Ver. Giovanni Culau, que também é um dos proponentes da pauta de hoje, e o vereador *ad hoc* aqui da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que é o nosso Ver. Jonas Reis. Sentimos falta, na última reunião, o senhor fez muita falta aqui, sem justificativa. Então, a nossa pauta de hoje é a paralisação das obras das escolas de educação infantil no Extremo-Sul. Como eu havia falado antes, os proponentes são o Ver. Giovanni Culau e Coletivo e o Ver. Gilson Padeiro. Estão conosco aqui o Sr. Jorge Murgas, secretário adjunto, representando a Secretaria Municipal de Educação; o Sr. Rodolfo Lorea Malhão, pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Augusto Seixas, pelo Conselho Tutelar, coordenador da microrregião 7; e a Sra. Vanessa Ramos da Rosa, que é a conselheira

representante da Comissão de Educação da microrregião do Extremo-Sul e Restinga.

Eu queria aqui solicitar aos proponentes que fizessem a abertura do tema. A gente faz uma breve explanação de cinco minutos para cada um, entre o Ver. Giovanni Culau e o Ver. Gilson Padeiro. Após, nós vamos passar a palavra aos representantes do Conselho Tutelar, da Defensoria Pública e finalizamos com a Secretaria Municipal de Educação. Depois, abrimos o debate também e vamos disponibilizar a abertura das inscrições.

As inscrições nós vamos limitar hoje ao período de cinco. Pode ser desse jeito, vereador? Cinco inscrições, com três minutos cada. Depois, se tiver que abrir mais alguma inscrição, nós vamos, então, disponibilizar mais tempo.

Eu queria agradecer a pauta do Ver. Giovanni e do Ver. Gilson Padeiro. Para mim, é uma pauta muito cara, que é a questão da educação infantil, conselheira Vanessa, ainda mais pela região do Extremo-Sul e toda a Região Sul de Porto Alegre, que é um lugar que eu tenho um carinho muito especial. Acho que nós estamos aqui, enquanto comissão, Ver. Jonas e Ver. Giovanni Culau – e aqui quero tomar a liberdade, minha vice-presidente, de falar em nome da comissão –, fazendo muitas pautas propositivas para o governo municipal, tentando mediar alguns conflitos. A gente tem tido muitos bons debates aqui e um entendimento, enquanto comissão: aqui a gente está despido das questões partidárias; a gente está achando que é melhor para o Município e, principalmente, para a nossa educação.

Então, Ver. Giovanni Culau, podemos iniciar com o senhor? Cinco minutos?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde a todos e todas, antes de mais nada, eu preciso agradecer, através de ti, Fleck, que preside aqui a CECE, pelo acolhimento que, em geral, recebo desta comissão. Eu não a componho; eu componho a Comissão de Finanças, mas, sempre que possível, eu tenho acompanhado os debates aqui na Comissão de Educação. E, desta vez, o acolhimento também vai no sentido do aceite à sugestão de pauta que fizemos, junto com o Ver. Gilson Padeiro, para que nós pudéssemos tratar

do tema da educação infantil, das obras inacabadas nas creches da cidade e, em particular, do Extremo-Sul.

Eu gostaria de cumprimentar – feito esse agradecimento, que também compartilho com os demais membros aqui da CECE, a Ver.^a Juliana, o Ver. Carlo – a Mesa, por meio da Vanessa, do Augusto, que são lá da microrregião 7, do nosso Extremo-Sul, Restinga é Extremo-Sul. Cumprimentar também a Defensoria Pública, a Secretaria Municipal de Educação, por meio do secretário adjunto. Mas também fazer o registro das lideranças comunitárias presentes: a Eliane, que representa também o OP lá no Extremo-Sul da cidade. Vejo que a Denise também acabou de chegar, o Seu Vieira, a Zélia e também a Susana, que são não só lideranças comunitárias, mas têm uma trajetória vinculada à luta pelo direito à educação, Fleck. Bom dia, Ver.^a Grazi.

Neste momento, presidente Fleck, de abertura da nossa reunião, eu entendo que tem alguns elementos importantíssimos para nós estarmos o debate. O primeiro é, Vanessa, na minha opinião, a situação preocupante de crescimento do déficit na educação infantil na nossa cidade. Nós tivemos um crescimento entre o ano passado e o ano de 2025, inclusive apresentado, doutor, pelo próprio governo municipal em um dos projetos que, recentemente, votamos aqui na Casa. O Executivo hoje menciona, Grazi, algo em torno de 8.122 vagas demandadas e não oferecidas pelo poder público na nossa cidade. E isso aqui nós estamos falando, no meu entendimento, Augusto, daquilo que a gente chama de demanda manifesta. Então, se o Executivo mapeia 8 mil vagas que faltam hoje em Porto Alegre, significa que na periferia da nossa cidade esse valor é muito maior do que esse universo de 8 mil. E nós, infelizmente, contradizendo, inclusive, Fleck, na minha percepção, a promessa de zerar a fila de vagas que buscam a educação infantil no nosso Município, nós estamos vivendo, neste ano de 2025, Juliana, o marcador de uma década em que nós vimos obras serem abandonadas de construção de creches ou pré-escolas na nossa cidade. Nós estamos falando de, pelo menos, sete escolas abandonadas na nossa cidade, Fleck, que começaram a ser construídas na nossa cidade a partir, sim, de um programa nacional chamado de pró-infância. Então, é uma década desse

abandono. Há investigações, que imagino que ainda estejam em curso, do Tribunal de Contas do Estado, que, em determinado momento notificou, Ver. Carlo, a Prefeitura de Porto Alegre, por omissão pelo dever que a Prefeitura tem da conclusão dessas obras. Chama muito a minha atenção e me inconforma que a Prefeitura anunciou, em mais de uma oportunidade, a retomada e a conclusão dessas obras. Chamo atenção para o caso de 2022. Em 2022, a Prefeitura, Ver. Gilson, anunciou retomar cinco das sete e prometeu concluir essas obras até o final de 2024. Nós estamos em 2025, e não só não foram concluídas como elas sequer foram retomadas. Quando nós falamos dessas sete obras inacabadas, quatro delas são do Extremo-Sul, Ver^a Grazi. Na Restinga, uma; duas na Hípica, uma na Urubatã, outra na Moradas da Hípica, nós temos ainda a do Lajeado. Essas eram as quatro abandonadas. Dessas quatro, duas estão entre aquelas em que houve uma promessa da retomada das obras, que é exatamente a da Moradas da Hípica, Denise, e a do Lajeado. Então, imagino que estou encerrando o tempo, tenho mais um minuto. Por que eu fui um dos proponentes deste debate aqui na comissão, presidente? Porque eu acho que essa comissão, que tem feito um trabalho importante, precisa exercer o papel fundamental da Câmara de fiscalização, de controle, de ser o espaço de representação da população da cidade, que hoje sofre com a ausência dessas vagas. Então, nesse espírito de fiscalização, acho que essa reunião é importantíssima, para que a gente tenha uma atualização. Quais, de fato, serão retomadas? Quando? Quais prazos de conclusão? Quais vão ser os investimentos e de onde virão os recursos para a entrega dessas obras? A Prefeitura havia anunciado, para concluir, Fleck, que faria essas obras num convênio com a Unesco. Agora, para mim, tem dúvida, parece que esse convênio com a Unesco retrocedeu. Bom, como que nós vamos fazer para avançar e para sair desse lugar da promessa e da consolidação? E, evidentemente, que o tema da educação infantil no Extremo-Sul não se conclui por aí. Por isso, eu quero aproveitar a oportunidade, além das perguntas que fiz, secretário, em relação à atualização das informações. Porque nós temos um outro projeto do Executivo em curso, Juliana, que é o Escola Bem-Cuidada. Claro que eu não vou, aqui, avançar na minha

opinião sobre o projeto, mas uma das contrapartidas do Escola Bem-Cuidada é a construção de mais dez novas escolas de educação infantil. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para saber onde elas serão construídas e quais delas vão atender o Extremo-Sul. Imagino que a comunidade vai trazer outras questões que envolvem, em especial, o Chapéu do Sol e o Lami. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Giovani Culau. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todos. Todos me conhecem, eu sou o Ver. Gilson Padeiro, tenho uma identidade muito grande com o Extremo-Sul de Porto Alegre. Queria aproveitar aqui e saudar o nosso presidente Rafael Fleck; nossa vice, Juliana; a Grazi; o nosso proponente, Giovani Culau; o nosso sexto componente, Jonas Reis; e meu amigo Carlo Carotenuto, que faz parte dessa bancada da CECE. Quero saudar o Conselho Tutelar do Extremo-Sul de Porto Alegre, e também a parte do governo que está aqui, através do Murgas e do procurador. Eu vi que o Giovani fez uma saudação a alguns convidados, eu queria aproveitar e saudar o Vilmar, que representa o gabinete do Dr. Thiago; e também o André Seixas, que está presente e é o conselheiro do Orçamento Participativo da Restinga. É isso, né? Então, sejam bem-vindos a esta Casa. Eu acho que sou um dos vereadores que mais conheço essa pauta das escolas, porque eu fui gestor do CAR Sul, que era na Av. Juca Batista, em 2013, presidente. E eu lembro, muito bem, que, em 2013, participei de uma reunião lá na Escola Moradas da Hípica, onde nós, presentes, com o prefeito Fortunati, na época, foi feito um lançamento de reinício daquelas obras lá, na época. E também, em 2015, teve a da Urubatã, e, há poucos dias também, há dois meses, eu estive lá no bairro Lageado, na rua Johnson Flaudiney Pereira da Silva, onde fica a escola do Lageado. Foi tratado, em 2013, não conseguiram sair do papel. Depois, também, no meu governo – eu digo isso, porque eu sou líder da bancada do PSDB –, em 2018, também foram feitas reuniões para tratar

sobre isso, no governo Marchezan, também não saiu do papel. E tinha agora uma parceria, como o Giovani Culau falou ali, com a Unesco, que ia entregar essas obras agora, que seriam muito importantes para a nossa educação do Extremo-Sul de Porto Alegre e também para a cidade.

Mas eu creio que esse governo agora está bem focado nessa parte, eu sei que vamos lutar aqui para que isso saia do papel. Por que eu também reivindiquei? Porque a gente tem que provocar. A gente tem que fazer a provocação para que isso aconteça. Então, é isso aí. Agora, eu agradeço o espaço, agradeço por ter compartilhado contigo, Giovani, essa matéria. E é isso, vamos lutar para a nossa educação ficar cada vez melhor.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Gilson Padeiro. Antes de passar para o Conselho Tutelar fazer a sua manifestação, vou passar um recado da Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais (antiga Taquigrafia), que é a identificação dos oradores. Então, antes de falar, por favor se identifique e diga qual a entidade que está representando. Então, Conselho Tutelar, pode ser cinco minutos para os dois, ou vocês vão querer cinco minutos para cada um? Para os dois. Então, vocês têm cinco minutos.

SRA. VANESSA RAMOS DA ROSA: Boa tarde, Vanessa Rosa, Conselho Tutelar. Primeiramente, agradecer o convite, agradecer a presença, agradecer aos vereadores, defensor, nosso secretário, nossa equipe aqui da comissão. Enquanto Conselho Tutelar, nós somos aqueles que estão na ponta. Nós somos o serviço que atende a família necessitada. E existe, sim, uma demanda, existe uma demanda reprimida, sim, no Extremo-Sul. Não é de hoje. Quando o Ver. Culau traz, na fala dele, que houve um aumento muito grande de 2024 para 2025, sim, houve. Hoje, eu me coloquei, neste ano, como vice-coordenadora da Comissão de Educação de Porto Alegre. Então, hoje, além de defender a questão da Restinga/Extremo-Sul, eu defendo a questão de Porto Alegre. Por ser professora, por ser da área, então, eu entendo como é importante essas crianças, e eu não falo de idade obrigatória, eu falo de zero aos cinco anos.

Então, essas crianças da Restinga/Extremo-Sul, elas têm que estar na escola. O que a gente vê, enquanto Conselho Tutelar? Restinga, a gente tem uma base, enquanto escola de educação infantil, para as crianças da Restinga. E para as crianças do Extremo-Sul, nós não temos. Nós temos uma demanda reprimida enorme, lá no Conselho Tutelar, de crianças que, muitas vezes, moram no Lageado e a família tem que ir até a Restinga para levar.

Também estendo aqui o meu agradecimento, enquanto Conselho Tutelar, para as lideranças aqui presentes, que eu acho que bem sabem elas, que estão lá na ponta também, que sabem a demanda, que ela é existente e precisa ser feito algo, e tem que ser para ontem, tem que ser urgente. A gente precisa, como fala o vereador, provocar, e a gente, enquanto Conselho, somos parceiros e acreditamos, sim, que essa pauta é muito importante.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, conselheira Vanessa. O Sr. Rodolfo Lorea Malhão, da Defensoria Pública do Estado – DPE, está com a palavra.

SR. RODOLFO LOREA MALHÃO: Boa tarde, obrigado a todos. Em primeiro lugar, obrigado pelo convite, pela oportunidade de estar aqui hoje. A Defensoria Pública, sobre esse tema em específico, eu consultei a doutora Paula Simões, não recebeu ainda denúncias nesse sentido de as escolas estarem paradas, ainda sem as obras. Estamos totalmente à disposição para começar a trabalhar nesse sentido, apoiando o Parlamento, que é o melhor espaço hoje que a gente tem para conversar sobre isso. Em um Judiciário sobrecarregado, com dificuldade de executar as decisões, cada vez mais entendo que a Defensoria Pública precisa mesmo migrar de um papel primordialmente judicial para um trabalho extrajudicial, e não há nenhum lugar melhor para isso do que o Legislativo, seja municipal ou estadual, que é a Casa do Povo nas duas esferas, para que a gente possa, juntos, buscar soluções para esses problemas.

A única questão que tinha chegado para a Defensoria Pública sobre o Extremo-Sul era da Escola Girassol, e essa situação a gente está acompanhando, essas

demais a gente vai começar a acompanhar a partir de agora, a partir de toda essa provocação feita pelo Legislativo, e estamos totalmente à disposição para trabalhar nesse sentido.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dr. Rodolfo. Secretário Jorge, só um minutinho. Poderíamos escutar o secretário Jorge, abrir algumas inscrições e depois voltar para a Mesa, para os vereadores; Ver.^a Grazi, pode ser? Ou a senhora se opõe e quer falar antes? Pode ser? Claro. Mas vamos escutar o secretário primeiro, pode ser? O secretário Jorge Murgas está com a palavra.

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Boa tarde a todos, boa tarde aos vereadores, às lideranças presentes. Bom, acho que já a gente pode passar a resposta para o Ver. Giovani Culau, dizer que a secretaria tem se empenhado muito, o governo tem se empenhado muito para atender a demanda das vagas reprimidas. Nós temos feito um mutirão, inclusive, na secretaria, há três semanas a gente identificou que havia vagas existentes na rede, começamos a designar e, de lá para cá, nós já designamos mais de 1.500 alunos para a educação infantil, para a matrícula. Nós estamos, enfim, fazendo toda a análise, podendo também modificar as turmas existentes. A gente fez isso com a Associação Amigos da Restinga, uma escola parceirizada, que a gente possibilitou, inclusive, a atender 50% do maternal, da demanda reprimida de lá. Só numa escola a gente fez esse movimento e conseguiu atender uma demanda reprimida de vagas de maternal. Em relação às escolas inacabadas, havia um contrato com a UNESCO; uma parceria com a UNESCO, o UNOPS era o braço da UNESCO que executava os projetos e havia o compromisso da UNESCO de licitar. Só que isso vem se arrastando por muito tempo, então o prefeito pediu para que se encerrasse esse termo de cooperação com a UNESCO porque as coisas não avançavam. A UNESCO nos sinalizou que os projetos estavam prontos, das cinco escolas, sendo que a UNESCO nos compartilhou projetos prontos para termos da escola somente de duas, das outras três foram só enviados relatórios

técnicos, nós já cobramos para que eles nos enviassem, a partir dessa rescisão desse termo de cooperação. Ainda em relação a essas escolas, nós temos uma repactuação junto ao FNDE, dessas cinco escolas: Loteamento Ana Paula, Colinas do Baltazar, Moradas da Hípica, Jardim Leopoldina II e Raul Cauduro, elas foram recentemente aprovadas pelo FNDE, a repactuação, só que ainda há necessidade de assinarmos um novo termo.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Poderia repetir as duas escolas?

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: São cinco: Loteamento Ana Paula, repactuação aprovada; Colinas do Baltazar, repactuação aprovada; Moradas da Hípica, repactuação aprovada; Jardim Leopoldina II, repactuação aprovada; e Raul Cauduro, repactuação aprovada. O que ainda está em andamento lá? Jardim Urubatã e Clara Nunes, que estão em diligência, eles nos fizeram alguns questionamentos, nós temos um prazo ainda para responder. E de todas essas que estão com a repactuação aprovada, ainda há necessidade do FNDE emitir os termos de consentimento para que a gente possa formalizar essa repactuação que já constou aprovada. A presidente do FNDE esteve aqui, mês retrasado, eu consegui uma brecha na agenda dela. Ela está participando de um evento da Undime, na Feevale, a gente solicitou para ela a prioridade e ela se colocou à disposição e isso avançou. A partir dessa primeira conversa, nós encaminhamos os documentos para a assessoria dela também, para que ela pudesse analisar isso e dar uma prioridade nessas repactuações. Mas ainda há pendentes, sim, a Jardim Urubatã e a Clara Nunes, e há a necessidade da emissão desses termos lá junto ao FNDE. Semana passada, o secretário Pascoal esteve em Brasília, teve uma agenda também com a presidente do FNDE e ela também se colocou novamente à disposição e disse que ia buscar essa prioridade, a partir desse nosso pedido. Nós oficiamos ao FNDE, então há necessidade também, e se os vereadores aqui puderem nos auxiliar, nessa priorização junto ao FNDE, para a repactuação dessas obras.

Nós tomamos uma decisão, nós vamos executar esses projetos, vamos concluí-los, independente da forma que o UNOPS tenha concluído os projetos. Se tiver alguma necessidade de correção, ajuste, orçamento, nós optamos, então, por fazer. Nós não vamos mais devolver para o UNOPS, para que o UNOPS nos encaminhe isso corrigido, nós vamos, a partir do material que eles enviarem, assumir e vamos executar as correções que forem necessárias para poder licitar. Então, a gente está fazendo um esforço para que a gente possa, então, licitar. Em relação à Escola Bem-Cuidada, é um processo que eu acompanhei, porque eu era secretário adjunto, nós fizemos um trabalho de dois anos lá, em parceria com a Secretaria de Educação, buscamos informações, buscamos as áreas disponíveis e viáveis, trabalhamos muito com o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas analisou, fez uma primeira análise de todo esse estudo, nos encaminhou um relatório, e, a partir desse relatório, foram feitos os ajustes que o Tribunal de Contas encaminhou. Eu sugiro que vocês convoquem a Secretaria Municipal de Parcerias para que ela possa dar o andamento mais atualizado. A informação que eu tenho é que havia esse ajuste e que esses documentos haviam sido enviados para o Tribunal de Contas. Em uma oportunidade, um mês atrás, os auditores do Tribunal de Contas fizeram contato comigo, tinham selecionado quatro escolas para fazer visitas, para que eles pudessem então realmente finalizar esse trabalho deles de auditoria. E, a partir disso, eles cientificam o conselheiro responsável que oficia o Município. Eu não sei se já foi oficiado o Município, mas eu espero que sim. E, pelo trabalho que foi feito lá, eu acredito muito que o relatório final seja pela continuidade do processo de licitação. A partir disso, licita-se. Lá tem uma previsão da reforma, manutenção e operação de todas as escolas, construção de mais dez escolas. Do Extremo que eu sabia que poderia vir à pauta, eu printei uma parte ainda do material que ainda havia no meu *e-mail*, que fui buscar, porque, enfim, as coisas vão passando e a gente acaba... Mas os endereços lá, nós tínhamos uma previsão de uma escola no bairro Aberta dos Morros, duas na Hípica e uma na Restinga. A da Aberta dos Morros era na Rua Dr. Hermes Pachêco, as duas da Hípica,

uma na Rua Padre Arthur Morsch e na Rua Aluizio Paraguassu Ferreira. E na Restinga...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Isso, escolas novas. Não é contrapartida, porque, na verdade, é um contrato administrativo, é uma contraprestação mensal que o Município vai pagar para essa empresa manter as cem escolas e construir as dez novas. Nós temos a Restinga, que fica na... Eu depois tenho que confirmar se fica realmente nesse endereço, Av. Luiz Francisco Zanella, porque, no meio dos estudos ali, a Rede Calabria se propôs a construir uma escola na Restinga. E nós trocamos um terreno que estava previsto no Programa Escola Bem-Cuidada, trocamos só o local, ainda continua uma escola dentro da PPP para a construção na Restinga e a Rede Calabria está terminando mais uma escola, nos próximos dias a gente já deve estar ofertando essas vagas lá na Restinga também – uma escola para quase 150 alunos. Então, dizer isso, que a gente está trabalhando muito fortemente. Eu tenho cuidado das escolas próprias em relação à infraestrutura, tenho tentado dar um atendimento. Há obras em andamento, contratação emergencial. Não é uma contratação emergencial, foi um processo de licitação que a SMOI executou para obras emergenciais, as demandas mais urgentes das escolas. Então, esse processo também está em andamento; a gente tem acompanhado; espero que, no próximo ano, a gente já tenha esses dois contratos em andamento. Além disso, as escolas parceiras têm manifestado a intenção de ampliação – estamos trabalhando nesse processo também, porque algumas escolas parcerizadas que estão atuando em próprios municipais desejam e têm a possibilidade de ampliação do seu espaço físico; isso nos possibilita também atender essa demanda. Acho que, nessa primeira fala, acabei respondendo às perguntas do Ver. Giovanni, fico à disposição para outras que surgirem. Acho que é isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Jorge. Nós vamos abrir cinco inscrições para as pessoas que estão aqui conosco. Vou pedir, então, que se atentem ao tempo: vamos disponibilizar três minutos. Antes da fala, por favor, se identifiquem com o nome completo e qual entidade ou órgão estão representando. Antes vou passar a palavra ao Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente Rafael Fleck, meus amigos, amigas, principalmente o Ver. Gilson Padeiro e o Ver. Giovani Culau e Coletivo, que propuseram essa importante reunião. Cumprimento aqui a defensoria, os secretários, os conselheiros; aliás, temos uma batalha grande nos conselheiros do Brasil. Tem gente que recebe um salário mínimo para ser conselheiro tutelar em vários municípios, então, admiro muito a tarefa social que vocês exercem.

Nós fizemos um levantamento. É importante, secretário, que se atenha aos detalhes que nós fizemos em visitas às escolas. E não é a primeira vez; já fizemos isso em 2021, 2022, 2023, 2024; fazemos todo ano visitas e um acompanhamento, um raio X. Então, quero trabalhar com Vossa Excelência aqui a situação das escolas do Extremo-Sul: EMEI Dom Luiz de Nadal. O que está parado? Escola sem climatização, quadra, banheiro, precisa construir um novo banheiro, essa é a demanda para a escola funcionar a pleno. EMEI Paulo Freire: drenagem e caixa d'água – essas duas coisas não aconteceram. EMEI Florência Vurlod Socias, também na Restinga: escola sem climatização completa, rede hidráulica, esgoto, problema com sinal de internet. Então, isso é um absurdo, porque a Restinga é um bairro enorme; termos problema com internet ainda lá, uma vergonha. Vila Nova/Restinga: a empresa Cetus, essa é a grande problemática da história, ela quarteiriza o serviço, ela chama empresas para trabalhar, elas não trabalham. Na EMEI Ponta Grossa, é o caso mais trágico que essa empresa prestou. Metade do que foi feito foi mal feito. E eles pintaram primeiro as salas para depois mexer no telhado. Aí, mexeram no telhado, deu infiltração, tiveram que refazer a tinta. Eu não sei... Quem está pagando isso? Esta é a pergunta: quem está pagando? É a empresa que está pagando por

executar mal ou somos nós, contribuintes de Porto Alegre? Porque daí é uma bandalheira. Eu falo isso porque é o seguinte, toda vez que mete o privado na história, dá esses problemas. Não é só na educação. Na saúde, as três empresas que mexem com os postos de saúde são uma vergonha. É uma vergonha! Então, tem o problema do privado, secretário, quero lhe alertar, porque V. Exa. está começando aí, na SMED, mas já pode começar consertando os erros dos secretários anteriores, que foram quatro da educação, que não sabiam disso. Então, estou trazendo aqui para ajudar. Só na EMEI Ponta Grossa, telhado estrutural, troca de piso, calçamento, muro, central de gás, rede hidráulica, rede elétrica. Metade da escola não está funcionando, essa é a realidade hoje, a comunidade está prejudicada. E é a única EMEI daquela região. Belém, Ponta Grossa, só tem essa EMEI, nós deveríamos construir mais, só tem essa EMEI.

Bom, tratando disso, eu fiz um pedido de informação, e, até agora, a secretaria não respondeu. Então, se a secretaria não respondeu isso, a secretaria do governo Melo está ocultando a verdade. E eu gostaria que V. Exa. revelasse a nós aqui o que, de fato, estão fazendo. PAC Seleções: o governo federal destinou recursos para mais de 1 mil escolas no Brasil inteiro para tratar a educação infantil em tempo integral. Vocês fizeram ou não fizeram o pedido de recursos para participar do PAC Seleções? Porque eu fiz, faz um tempinho, o pedido de informação sobre isso. Eu preciso saber, porque é dinheiro federal que está aí à disposição de quaisquer municípios, basta os municípios planejados para pegar recurso ou não. Então, essa é uma pergunta. Então, conversando aqui com o defensor, esse é o raio X que a gente tem dessas escolas. Agora, todas elas têm uma problemática no Município, que elas são escolas antigas e precisam de reforços.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para concluir, eu entendo que esse projeto do Escola Bem-Cuidada pode até ser interessante. Mas eu pergunto: nessas novas

proposições que vocês estão fazendo, a EMEI Vale Verde está incluída? A Max Geiss está incluída? Jardim Camaquã? São de outras regiões, mas eu pergunto: elas estão incluídas ou não?

E, segundo e último, o que a gente vai fazer, nós aqui, nesta reunião, além de falarmos aqui no microfone, além de ouvirmos a comunidade? A gente precisa ter um encaminhamento. Nós vamos montar aqui um GT? A minha proposição é um GT com membros da comunidade para a gente acompanhar junto com a secretaria, a defensoria. Porque não dá mais defensor e secretário. As empresas fazem e acontecem nesta cidade, não tomam multa, não tomam nada, e quem toma é a criança, é o professor que não consegue dar aula, é o monitor que não consegue trabalhar, e a criança não tem aula. Ou seja, nós temos que começar a ser resolutivos, porque nós ficamos muito na Câmara de Vereadores, é microfone, microfone, microfone, microfone, e não tem cobrança ao governo. O governo está lá, é o Executivo, tem que executar, e nós fazemos a fiscalização. Eu não estou aqui fazendo crítica. Veja bem, isso aqui está parado desde o ano passado. Eu sei que não é culpa sua, o senhor entrou agora, mas é culpa do governo Melo, porque o Melo continua, o prefeito é o mesmo. E aí, vamos resolver? Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, vereador.

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Qual o número do pedido de informação, vereador, por favor?

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Eu vou pedir só uma gentileza para as assessorias de todos os vereadores, deixar livre aqui, o pessoal da TVCâmara e da imprensa da Casa, também a visão ali das pessoas que estão aqui nos acompanhando, porque realmente está dificultando um pouco a visão pelas assessorias. E priorizar aqui a TVCâmara, que está nos filmando. A Sra. Denise Moreira está com a palavra – a senhora tem três minutos.

SRA. DENISE WOLFFENBÜTTEL MOREIRA: Meu nome é Denise Wolffebüttel Moreira, eu sou conselheira da Região Sul do Orçamento Participativo. Quero saudar aqui especialmente a comunidade que se faz presente e o Ver. Giovanni Culau por esta audiência pública tão importante, os demais membros da Mesa. É fundamental garantir a educação para as nossas crianças, especialmente a educação infantil. É uma etapa de desenvolvimento extremamente importante para toda a vida da criança, e não só da criança, mas de toda a sociedade. A região sul e também o Extremo-Sul são as regiões que mais crescem. Então, nesse sentido, eu quero colocar o seguinte: as creches que foram demandadas na região sul, nós tivemos, há dois anos, uma resposta, promessas, e uma delas, na Unimoradas, foi dado o retorno de que seria impossível fazer as reformas e abrir a creche no mesmo local, em função das condições, naquela ocasião, da infraestrutura da escola.

Fico feliz de saber que essa creche solicitada pela Unimoradas está sendo colocada numa lista. No entanto, eu quero dizer o seguinte: independentemente dela ser colocada na lista, amanhã ou depois a Prefeitura pode apresentar a justificativa de que a reforma é inviável. Nós queremos a garantia da creche funcionando. Não só dessa, como também de todas as outras. É fundamental que essas escolas de educação infantil sejam não só realizadas, como também ampliadas, todas elas, porque são regiões que são as mais populosas, e a demanda só cresce. Então, eu quero agradecer aqui a todos e deixar, desde já, a reivindicação de que as promessas feitas nas assembleias regionais do OP sejam, de fato, cumpridas. Estamos esperando por cada uma delas. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Denise. Fala pelo OP do Extremo-Sul a Sra. Eliane. A senhora tem três minutos.

SRA. MARIA ELIANE SILVA: Boa tarde, meu nome é Maria Eliane Silva, represento o OP do Extremo-Sul e também a Distrital de Saúde do Extremo-Sul. Na verdade, eu estou muito decepcionada, porque o Extremo-Sul, novamente,

foi deixado de lado. A creche Clara Nunes, nós já recebemos no FROP várias vezes o secretário com a promessa de a obra ser concluída, até hoje estamos esperando e agora sabemos que ela está novamente em análise. Quer dizer, não se tem definição alguma, não se tem previsão alguma, então, isso não pode ser mais dessa forma. Nós, do Extremo-Sul, já não pedimos mais, nós exigimos que tenha algum retorno quanto a isso.

Em segundo lugar, a EMEI Ponta Grossa, é um absurdo que, depois de tanta batalha para se conseguir uma obra, essa obra não tenha o devido cuidado, a devida vistoria para ser concluída da maneira correta.

Outro detalhe seria a EMEI Chapéu do Sol: nós já tivemos visita lá com o secretário e comitiva, também ficou de se analisar a ampliação, o projeto de ampliação de lá, até hoje não tivemos mais resposta nenhuma, mais encaminhamento nenhum. Gostaríamos de levantar novamente essa bandeira com a secretaria para poder viabilizar. “Não tem verba”. Pelo menos nos defina um projeto para que a comunidade possa sair atrás e tentar conseguir verba para concluir o trabalho.

Em quarto lugar, em agosto de 2023, a SMED cedeu uma área, uma parte de uma área de 5 mil metros quadrados junto ao empreendimento Figueiras para que fosse feita nova creche para a região. Não tivemos mais retorno nenhum. Essa área era da Secretaria de Saúde e escritura, foi cedido cinco mil metros quadrados. Também não tivemos mais retorno nenhum do que vai ser feito com aquela área. Nós gostaríamos que o Extremo-Sul tivesse um pouquinho mais de atenção e de respeito. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Sra. Eliane. Com a palavra o Sr. José Vieira. O senhor tem três minutos.

SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA: Boa tarde. Meu nome é José Carlos Silveira Vieira, faço parte do Conselho Distrital de Saúde do Extremo-Sul, e também, como minha colega Eliane falou, estamos muito preocupados com a nossa educação. Eu fiz uma... Eu sou muito curioso, eu vou visitar os lugares

para ver as coisas. O prefeito, na época, tinha nos falado na Morada da Hípica, que era o primeiro lugar... Aquela creche que está abandonada, o mato, eu estive conversando com a Luciana, da SMED, uma grande amiga minha, e a gente está preocupado porque nós estamos precisando de vagas para várias... Onde eu moro, que é na ponte ali, tem criança que tem que ir lá na Ponta Grossa, tem pais que não têm dinheiro para pagar uma van para as crianças irem; tem uns ali que vão de bicicleta levar as crianças. Como a Eliane falou, ali no Loteamento Chapéu do Sol a nossa creche não tem espaço para as crianças dos moradores dali, e às vezes vem criança de outros lugares serem atendidas ali. Como estão saindo os condomínios ali, nós ganhamos uma área para a construção de uma creche para duzentas crianças. O condomínio está meio parado lá... Eu acho que nós, o Gilson sabe porque é nosso parceiro também, o Giovani tem nos atendido também, quando vem esse empreendimento para a nossa região, isso eu venho discutindo na Secretaria de Saúde também, nós temos que deixar algo em contrapartida pronto, ou o colégio, ou a creche, ou o posto de saúde. Não adianta dizer assim, Minha Casa, Minha Vida, não tem direito a contrapartida; mas ele tem o direito de trazer as pessoas de tudo lugar e largar para nós lá? De outras regiões. Eu acho que nós, liderança comunitária, que estamos brigando, nós queremos, secretário, que o senhor dê uma olhadinha com mais carinho, e aqui eu faço um convite para vocês, eu pedi para a minha colega aqui, a minha grande amiga, como diz o outro, que eu puxo o saco, dar uma roçada naquela creche ali da Morada da Hípica, porque o mato está maior do que a creche. Então, a empresa que não concluiu, deve pagar uma multa também.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, José. O Sr. César Ramos está com a palavra.

SR. CEZAR RAMOS: Boa tarde, Presidente Fleck, boa tarde a todos que acompanham a mesa, boa tarde às lideranças que estão aqui, os dirigentes de escolas parceiras, na pessoa do André, eu saúdo a todos aqui. A situação da região Sul é complicada também, gente, o pessoal estava falando do Extremo,

o Extremo é uma região que tem muita carência, de tudo, de tudo, e a questão da educação infantil é uma delas, e é bem grave a situação, e ainda querem fechar as que tem, aí fica mais complicado ainda. Mas a região Sul ali, gente, eu sou presidente da Associação Comunitária do Bairro Aberta dos Morros, Ascomor, não sei se alguém já entrou no nosso Facebook lá, a gente está sempre publicando essas coisas aí. Sobre a necessidade da região Sul, estava vendo o Vieira falando aqui, é muito fácil liberar loteamento e empreendimentos imobiliários, não é, Vieira? Mas e a estrutura para receber todo esse povo? Agora, depois da enchente, gente, muita gente veio da Zona Norte para lá, tem os empreendimentos que são grandes ali, bem do lado ali da nossa comunidade, que é o Beco do Adelar, ali onde eu moro, tem um empreendimento grande ali, eu nem sei quantas mil pessoas vão botar ali. Então, tem que ter estrutura. E a educação e a saúde estão necessitando. Como a reunião aqui hoje é para tratar das obras inacabadas, eu quero mencionar aqui a Moradas da Hípica, que já foi mencionada, e a creche da Urubatã, gente, ali, que também está na mesma situação, Vieira, está no mato, abandonado. Eu tenho as fotos ali, depois, se o vereador quiser, e os vereadores quiserem, eu passo para vocês. É uma vergonha o dinheiro público jogado no meio do mato e não dão uma satisfação para nós da região ali, definitiva. Nós estamos desde o governo Fortunati, passamos pelo Marchezan, e o segundo o governo agora do Melo, eu espero que seja resolvido, realmente. Porque as pessoas batem todos os dias, eu sou diretor da Escola de Educação Infantil parceira, Isabel Vieira, todos os dias batem lá procurando vaga, gente. É muita carência na região, é famílias chegando com filhos ali e precisando. E como a conselheira falou, e para concluir, presidente Fleck, não é só a questão da idade obrigatória. As mães precisam trabalhar, tem bebezinho que precisa de berçário, tem criança de maternal que precisa de vaga. Então, tem que dar um jeito. E outra coisa, temos muitos terrenos, presidente Fleck e vereadores, na região ali, que podem construir mais escolas de educação infantil. O que precisa é boa vontade política e buscar dinheiro lá no governo federal, porque dizem que tem, então vamos buscar lá, tem que buscar. É isso. Obrigado. Desculpe, me estendi.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, César. Eu vou passar a palavra para a vereadora Juliana, que ela tem um compromisso, ela já nos tinha nos relatado. E eu vou disponibilizar, então, vereadora Juliana, cinco minutos.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Vou usar menos. Boa tarde, presidente; boa tarde aos meus colegas, a Grazi, minha colega também aqui; boa tarde ao nosso defensor, Dr. Rodolfo. Jorge, tu aqui mais uma vez conosco, representando a nossa secretaria e também os nossos conselheiros tutelares, e especialmente a comunidade que traz essa importante demanda. Agradeço inclusive, Ver. Giovanni, a importância dessa discussão aqui. Ver. Gilson, porque eu não tenho dúvida que o tema da educação infantil, que é um tema que a gente vem discutindo não de hoje, atravessa em vários momentos os nossos debates nesta Comissão, mas sobretudo aqui na Câmara. Recentemente, nós votamos um projeto do governo que versava sobre a compra de vagas na educação infantil, justamente com a justificativa desse déficit de 8.122 vagas na educação infantil em Porto Alegre. E a gente sabe quando falta a vaga para uma criança na educação infantil, nós estamos falando de um conjunto de relações que também se atravessam em violações de outros direitos que vão para além do direito à educação. É uma mãe, muitas vezes solo, que deixa de garantir a sua autonomia financeira, que por vezes deixa de garantir as condições para sair de situações de violência doméstica, e muitas vezes, e encontro aqui no Dr. Rodolfo um parceiro de outras lutas, é justamente a falta de vaga na educação infantil que faz com que a gente tenha violações de direitos que levam até mesmo a situações de acolhimento institucional, ou de não se construir as condições para a retomada dos vínculos. Então, é importante que a gente possa tratar com muita seriedade esse tema. E aqui a gente traz algo que, como o Ver. Giovanni bem disse, já vem de muito tempo se arrastando, já vem de muito tempo sem respostas. O próprio Tribunal de Contas do Estado exige a finalização das obras dessas sete escolas e a reforma em mais quinze escolas na cidade, e também não tem respostas da Prefeitura. Não somos só nós, Ver. Jonas, que não temos

respostas muitas vezes. O governo Sebastião Melo um, e agora o dois, segue o mesmo método de não dar as respostas nem em políticas públicas e nem em informações sobre como vai resolver os problemas que são urgentes na cidade, como esse.

Então, eu me somo à proposta do Ver. Jonas de a gente construir um grupo de trabalho que seja interinstitucional, e nós tivemos várias ocasiões em que essas foram as alternativas que melhor avançaram em mediações e também em construções de alternativas outras, para que a gente possa dar uma resposta o mais breve possível em relação a essas demandas que a própria comunidade já trouxe aqui.

Eu não tenho dúvida que a região sul, Extremo-Sul, domingo eu estava lá na Restinga conversando com moradores justamente sobre isso, é uma região que está se expandindo muito, mas que não tem acompanhado as contrapartidas em ampliação da infraestrutura urbana e social. Não tem aumentado os equipamentos públicos para garantir acesso à saúde, educação, assistência social, e isso a gente precisa tratar nessa mesa. Nós queremos que o desenvolvimento da nossa cidade seja inclusivo e garanta também a justiça climática que é, entre outras coisas, assegurar que as políticas públicas estejam garantidas nesses espaços para onde agente se expande e para além de garantir a preservação do meio ambiente.

Eu falo isso, Ver. Fleck, porque tem um tema que não foi trazido aqui, mas que também é importante, que é do quanto tem sido adotado uma prática na nossa gestão municipal, e o Ver. Jonas já trazia isso, de ser muito a menos com os problemas do setor privado. Muito a menos, baixas respostas, baixas cobranças, seja com aqueles que faltam na execução daquilo que se comprometem, como é o caso das empresas, as construtoras que fecharam e por isso não concluíram as obras dessas escolas... (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) ...como também a gente não exige o que deve ser exigido para aquelas que estão construindo megaempreendimentos, como Alphaville, lá na Restinga, que vão impactar comunidades, que já estão impactando o meio ambiente e que precisam ser discutidos nesta Casa, porque a gente sabe que esses são

empreendimentos que justamente colocam em maior vulnerabilidade aqueles que já estão mais vulnerabilizados.

Então, me somo à proposta de a gente construir um GT, Ver. Fleck, e acho que também podemos formalizar tudo o que foi apresentado pela comunidade, também aqui pelos vereadores, em um pedido de informação da nossa comissão, assinado pelo conjunto dos vereadores, como já fizemos em outras reuniões. Acho que essas duas propostas nos dão condições de solicitar informações, fiscalizar e, ao mesmo tempo, construir um instrumento coletivo, interinstitucional, de mediação em busca de respostas mais rápidas e mais efetivas. Eu peço desculpas, eu tenho um compromisso no Sarandi, agora, nós estamos fechando um ano da enchente nesse mês, que se inicia agora em maio, e a gente tem, inclusive, nesse momento, um conjunto de atividades e diálogos com equipamentos públicos que ainda buscam se reconstruir para permitir que as famílias reconstruam as suas vidas, aquelas que foram atingidas por essa tragédia, que seguem não só marcando as paredes da nossa cidade, as ruas, os equipamentos que não foram reconstruídos, mas, sobretudo, a vida de cada um e de cada uma que ficou mais de mês fora da sua casa. Então, por esse motivo, não vou poder ficar até o final. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana, nossa vice-presidente. Não só esse encaminhamento, Ver.^a Juliana, mas também o ofício ao FNDE solicitando o acolhimento da repactuação da Clara Nunes e da futura escola Urubatã, que também são importantes. Eu acho que nós, enquanto comissão, pressionarmos aqui, em conjunto com o Ver. Giovanni Culau e o Ver. Jonas Reis, uma análise mais célere lá no FNDE, para a gente poder, então, ter os projetos aprovados.

André Seixas, o senhor tem três minutos.

SR. ANDRÉ LUIZ SEIXAS: Boa tarde, Ver. Fleck, Ver. Gilson Padeiro, demais vereadores, a Grazi, os conselheiros Augusto e Vanessa, secretário Jorge Murgas, toda a mesa e toda a comunidade que está presente. Eu sou o André

Seixas, conselheiro do OP da Restinga, mas aqui eu não estou como conselheiro da Restinga, eu estou como presidente da Associação Amigos da Restinga, mantenedora de quatro escolas de educação infantil na região Restinga e duas no Extremo-Sul, uma na Ponta Grossa e uma recém-inaugurada no Lami. Hoje nós temos 1.002 alunos, Ver. Gilson, 1.002 alunos. Sem filantropia, com muito pouca ajuda de fora, das parcerias que nós temos com a Prefeitura, secretário Murgas. Mas eu queria fazer dois adendos aqui. Não existe creche inacabada na Restinga. A creche São Guilherme, que fica onde é o Condomínio São Guilherme, do lado do Ana Paula e do lado do Camila, ela mal foi iniciada. Ela mal foi iniciada, porque ela tinha 2% ou 3% do alicerce. Então, ela não é, César, inacabada. Ela não deve nem ser reiniciada naquele local. Ela não pode ser tratada como iniciada, porque ela estava sendo executada numa área de preservação. Até nem existe mais a área, mas não é o local mais adequado na Restinga. Então, ela não deve ser considerada com 2% de alicerce, Ver. Culau, como inacabada.

Nós temos executado um trabalho forte na ampliação, e eu sou um dos maiores defensores da ampliação de metas das parceiras, porque nós temos dezenas de associações, dezenas de ONGs parceirizadas com a Prefeitura de Porto Alegre, que têm hoje ou terreno próprio, ou atuam na administração de escolas próprias do Município, só administram, onde tem área para construção. Basta a entidade correr atrás, como a gente faz; os vereadores poderiam se unir de uma parcela das emendas do final do ano serem destinadas, conjuntamente, Ver.^a Grazi, para a área de construção de novas salas ou de reforma de espaços para construir. Mas eu queria vir para o tema, nós fomos procurados, há uns três meses, pela subprefeitura do Extremo-Sul, por uma série de lideranças da região Restinga Sul e Extremo-Sul, sobre qual era a forma, qual era a possibilidade, já que, Amigos da Restinga tem um *know-how* em construção e ampliação para possível assumir ou questionar, junto à Prefeitura, assumirmos a obra da Clara Nunes. Nós dissemos: “Olha, nós não temos pretensão nenhuma, mas se formos convocados pela Prefeitura municipal, e a comunidade é óbvio que quer as vagas de uma creche nova, nós estaremos lá”. E todo mundo sabe, Ver. Fleck,

que uma obra comandada pelo privado, e que as associações são privadas, é no mínimo 25% a 35% que uma obra licitada por qualquer ente público. Então, é óbvio que seria mais barato. Uns dizem que eram 500, mas a gente visitou, aquela escola não reforma ou não retoma as obras para estarem prontas no Lageado com menos de um milhão e meio, pelo que já tem, o que faltou e o que foi destruído. Sem contar as obras do entorno, sem o fluvial, sem o cloacal, que tem que chegar até a Edgar, porque não pode ficar parado. Vamos criar uma fossa lá? Eu quero dizer que o Amigos da Restinga, sim, está à disposição, para qualquer região, porque a gente tem o nome de Amigos da Restinga, mas a gente atua em “n” coisas, não só em educação infantil. Eu acho que, sim, essas obras das quatro principais escolas que têm que ser retomadas, elas poderiam ser retomadas por onde? Para quem tem trabalho na área, secretário Murgas, para quem tem trabalho a fim, para quem tem experiência em educação infantil. Eu não posso pegar quem tem na área da saúde ou na área da assistência social, que eu não tenha na área na educação, para retomar escolas de educação infantil, para saber o que faz e o que não faz, cara Luciane. Não adianta a gente pegar, eu não estou nem chamando de aventureiro, estou chamando de quem não tem *know-how*, não tem experiência, para a gente retomar. César, vou botar alguém na Beco do Adelar, na Hípica, para a gente estar fazendo... Não tem, tem que chamar... Poderia... Seria uma obra de 35% mais barata, e eu acho que tem muita OSC – Organização da Sociedade Civil, muita ONG, muita entidade pronta para executar essa tarefa para a Prefeitura de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, André. Ver.^a Grazi.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os colegas vereadores, principalmente os proponentes, Giovani Culau e o nosso amigo aqui, o Gilson Padeiro, que atuam fortemente na região Sul e Extremo-Sul da nossa cidade. E, ao cumprimentar a Vanessa,

cumprimento todos os outros membros da Mesa. Somos as benditas frutas aqui hoje.

Bom, não preciso ficar repetindo aqui mil vezes que sou professora, que tá-tá-tá, mas eu quero falar da importância e do debate que a gente precisa fazer com mais compromisso com a educação. Acho que a comunidade traz aqui um anseio que é a necessidade de termos escolas, pela falta de vagas, que já foi apresentada em outro momento pelo próprio Conselho Tutelar, que já estamos numa saga, debatendo há bastante tempo, desde que iniciamos o nosso mandato, mas também em prol das mulheres que, na sua maioria, estão lá, concentradas na periferia, e são mães solo. A gente sabe das dificuldades que é para que elas possam acessar o mercado de trabalho, e eu vou incansavelmente dizer isso sempre, porque se nós não temos um suporte da educação infantil, é muito difícil a gente conseguir acessar o mercado de trabalho. E foi nessa perspectiva que um coletivo de moradores da Moradas da Hípica me procurou, no início do nosso mandato, fazendo a denúncia da escola Moradas da Hípica, que está abandonada há quase 15 anos. Tive o desprazer, mas o prazer, de conhecer uma das crianças que era para ser atendida pela escola, na época, quando começaram as obras, e que hoje completa 15 anos. Este ano, essa menina está completando 15 anos. O que isso significa? Que a obra está há mais de 10 anos lá, aguardando, a comunidade está aguardando o fim da obra da Moradas da Hípica há mais de 10 anos. Nós não estamos falando de algo de hoje, estamos falando de algo que é de muito tempo. E por que comecei falando da importância da educação e estou falando sobre o tempo que estamos esperando a conclusão das obras? Eu cito aqui a Moradas da Hípica, que é a que fui conhecer pessoalmente, que estive conversando com as famílias. São as escolhas políticas que temos enfrentado ao longo deste período. A educação não é a prioridade, porque se fosse, a Moradas da Hípica, Clara Nunes e outras tantas escolas já estariam prontas, já estariam atendendo a nossa comunidade. Então, quero aqui deixar registrado que nós fizemos, Culau, no dia... Deixa eu fechar aqui a data, meu Deus, eu preciso de óculos. No dia 24 de fevereiro, nós fizemos um pedido de informação para a Prefeitura sobre a

Moradas da Hípica, e secretário, resposta foi parecida com o que tu nos deste agora, só que lá atrás eles me deram prazo de seis meses. Já se passaram três. Então, faltam três meses para que nós tenhamos, de fato, a licitação acontecendo para a obra, de vez, funcionar. Então, nós precisamos colocar em prática e sair realmente do discurso, mas colocar em prática essas escolas que estão em processo de construção. Eu venho acompanhando o trabalho do André, até comentei aqui com o Fleck que eu preciso ir lá conhecer as escolas do André, e eu sei que ele tem feito um trabalho muito comprometido com as escolas que estão lá no Extremo-Sul. Mas eu quero te dizer, André, que o meu sonho é que o poder público use o dinheiro público para construir escolas públicas. Nós precisamos fazer isso. E vou te dizer hoje, eu botei aqui, para não esquecer, hoje vocês são 220 escolas, vocês salvam a vida da Prefeitura. Vocês salvam as nossas crianças. Porque hoje a Prefeitura já tem 40 prédios, 40. Vocês são 220. Se não fossem as parceirizadas, as nossas crianças, nós estaríamos em uma situação muito pior. Isso me dá outro dado. Por que, nesses anos que nós estamos falando de Porto Alegre, nós não temos escolas construídas? Volto a repetir, a educação precisa ser prioridade. Para mim, mais um dado demonstra que nós temos grande dificuldade de colocar a educação como centralidade da pauta. E aí eu quero encerrar a minha fala fazendo três reflexões que transversam o que estamos discutindo aqui. Nós estamos reivindicando vaga no Extremo-Sul, que é uma das grandes demandas que nós temos na cidade. É uma grande demanda, não preciso aqui estar dizendo números, porque a gente já apresentou esses dados aqui em outro momento, mas nós precisamos refletir sobre três pontos. O primeiro ponto deles é o Conselho Tutelar. Quero aqui deixar registrado na comissão e um pedido de uma próxima vaga de reunião, Gabriel e Fleck, para nós discutirmos a ampliação do Conselho Tutelar. No Extremo-Sul é uma vergonha. O Extremo-Sul, para mim, eu sempre digo que Restinga podia ser outra cidade. O Extremo-Sul tem um Conselho Tutelar, desculpe o termo, gente, mas eu fico “pê”, um Conselho Tutelar para atender uma demanda que é uma loucura. Então nós precisamos debater imediatamente a ampliação do Conselho Tutelar no Extremo-Sul. E eu estou falando aqui

porque a lei, a lei federal diz que a cada 100 mil habitantes, nós temos que ter um Conselho Tutelar. Porto Alegre tem 1 milhão e 300 mil habitantes. Era para ter 13 Conselhos Tutelares e nós temos só 10. Se nós tivéssemos Conselho Tutelar ampliado, não estaria sufocada a demanda, nós teríamos mais possibilidade de trabalho pontual nesse debate que nós estamos fazendo sobre a falta de vagas para as nossas crianças. Esse é o primeiro ponto e já fica como um pedido de encaminhamento para a gente debater aqui a ampliação.

A outra questão é para a Defensoria Pública. Uma reivindicação, mas um pedido. Houve uma medida emergencial da Prefeitura com a compra de vagas. Mas nós vivemos num sistema, a educação é um sistema, é composta pela SMED, mas ela também é composta pelo Conselho Municipal de Educação. Nós temos um problema aí. Porque o Conselho Municipal de Educação está desmontado, o Conselho Municipal de Educação não tem estrutura para trabalhar, o Conselho Municipal de Educação não consegue credenciar novas escolas e é o Conselho Municipal de Educação que deve credenciar, não é a Prefeitura. E hoje nós estamos comprando vagas de escolas que estão credenciadas pela Prefeitura, mas não pelo Conselho Municipal de Educação. Se houver qualquer problema no futuro, essa conta vai bater na porta de alguém. E nós precisamos ter responsabilidade de garantir que o conselho tenha estrutura para trabalhar e que ele possa seguir credenciando mais escolas. Nós precisamos de vagas, mas nós precisamos ter mais escolas credenciadas não só pela Prefeitura, porque quem faz o controle social é o conselho municipal. É isso. Então fica a minha reivindicação para a gente aperfeiçoar essa demanda.

Por fim, eu não posso deixar de falar sobre a importância que é a gente olhar para as escolas, como citou o Ver. Jonas. A Escola Vila Nova foi uma das escolas municipais que eu visitei na Restinga no primeiro dia de aula. Chovia dentro da escola, a escola não tinha condições de atender as crianças e a escola foi obrigada a atender as crianças. A gente precisa refletir sobre qual é o nosso papel dentro da escola, sobre qual é a nossa responsabilidade, enquanto adultos, para um espaço que não está preparado para receber as crianças, e de que forma, ou é a qualquer preço, que a gente vai atender as crianças. Eu quero

fazer um apelo muito especial para que a gente tenha cuidado, principalmente nas escolas que estão em obras, principalmente nas escolas que estão em reforma, que a gente não atenda de qualquer jeito, porque as crianças, elas são a vida e o amor de alguém, elas são os nossos amores, e a gente quer que eles sejam bem cuidados. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. O Ver. Giovani Culau está com a palavra. O senhor tem cinco minutos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu preciso, mais uma vez, agradecer, presidente, imagino que, depois da minha consideração inicial, teve outras presenças que se somaram à nossa reunião, então, quero cumprimentar mais uma vez a todos e todas, fazer um registro especial junto ao André; também, em particular, ao Vilmar, representando o mandato do deputado Dr. Thiago, e à vereadora e conselheira tutelar suplente na micro 7, Tássia Amorim, que também chegou na nossa reunião. Presidente, eu preciso ser bastante franco. É de conhecimento público que eu componho uma bancada de oposição, e isso, em momento algum, tem impedido, da minha parte, a disposição de uma atuação construtiva e colaborativa com o Executivo naquilo que é de interesse público. Quero dizer, inclusive, ao secretário adjunto Jorge que não compreenda, de maneira alguma, algo direcionado a ele individualmente o que vou considerar aqui, mas ao Executivo, que, sim, nesta oportunidade, o senhor representa. Eu mencionava, presidente, que tenho ainda a expectativa que a atuação da CECE possa nos dar transparência nas informações e segurança nas informações. E talvez tome emprestado as expressões da Eliane, não me lembro exatamente como tu caracterizaste, Eliane, mas eu estou bastante insatisfeito, no mínimo, com o que foi apresentado aqui, e quero dizer as razões. Ponto. O governo Marchezan, e o Ver. Gilson trazia isso, trouxe o convênio com a Unesco como uma possibilidade de solução. E o governo Melo I reafirmou o convênio com a UNESCO como uma possibilidade de solução. Aqui foi dito explicitamente que está se recuando e se

apontando um novo caminho. Não se enxerga mais, junto à UNESCO, a solução para a conclusão das obras. Perfeito, isso eu compreendi. Agora, presidente Fleck, Grazi, Gilson, Carlo, Jonas, eu entendi de ti, secretário Jorge, que está se buscando uma repactuação também com a Ana Paula e com a Escola Urubatã, o André Seixas falou disso. No caso da Ana Paula, isso estava, inclusive, fora do meu escopo, porque já havia sido anunciado pela Prefeitura que não seria retomada uma construção ali. Então, ela volta para discussão aqui. Eu quero dizer, ela volta em que termos? Digo pelo relato do secretário André. Eu preciso entender em que termos a Ana Paula e a Urubatã estão voltando aqui para discussão. É claro que nós queremos mais escolas na Restinga, e nós queremos também na Urubatã, mas eu fiquei confuso. No caso da Clara Nunes, eu fiquei surpreso no sentido inverso, porque a Clara Nunes, assim como a Morada da Hípica, era o que estava anunciado, desde 2022, pela Prefeitura: a retomada das obras. A Prefeitura anunciou isso em, desculpa, 2023, o último anúncio da Prefeitura foi em 2023, dizendo que, até 2024, elas estariam concluídas. Nós estamos em 2025, e elas não foram não só não concluídas, mas não foram sequer retomadas. Mas a Clara Nunes, ela está de fora da repactuação com o FMDE? E, para minha mais surpresa ainda, porque o prefeito Melo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas na sua fala não estava, então...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Isso, está em análise. Perfeito, é exatamente disso que eu estou falando. Daquilo que está resolvido, estavam de fora as duas, porque ainda está em tramitação, tanto que um dos encaminhamentos do nosso presidente é o envio do ofício, e eu concordo com o encaminhamento, mas eu fico surpreso. O que eu ia concluir é porque no Mais

Comunidade, o prefeito Melo esteve há pouco tempo no Extremo-Sul anunciando, mais uma vez, as obras no caso da Clara Nunes. A Prefeitura havia anunciado, em 2023, que executaria essas obras – das cinco anunciadas, que seriam retomadas, duas delas no Extremo-Sul, retomo – com recursos próprios. Então, retomo aqui, não vai ser com recursos próprios. Esse sentido da fiscalização e da condição de controle por parte da Câmara é muito importante. Por isso eu retomo essas questões aqui: bom, é com recursos próprios? Não é? Então, novamente, com FNDE? Isso precisa ficar muito nítido para a gente. Volto a essa problematização sobre Clara Nunes e Ana Paula [EMEIs] para a gente entender bem.

Essas são questões, para mim, importantes, e eu me somo ao tema, que daí isso não veio na consideração da Secretaria, em torno dos prazos. Houve um pedido de informações respondido ao gabinete da Ver.^a Grazi, que apontava algo em torno de seis meses. E, segundo o relato da vereadora, já percorremos metade desse prazo. Então, a atualização sobre esses prazos também é importante. Imagino que já estou aqui encerrando meu tempo. (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) Então, sobre os encaminhamentos. Concordo com o que nós fazamos, para além da nova oportunidade que a Secretaria vai ter, presidente Fleck, que nós fazamos um pedido de informação também formal, pela comissão, pelo conjunto dos vereadores e vereadoras, para que essas questões venham formalmente respondidas pelo Executivo e a gente possa cobrar, acompanhar e fiscalizar. Eu quero incluir um encaminhamento, se me permite, Fleck, de sugestão aqui: que nós fazamos um pedido de providência para uma audiência pública em que nós possamos tratar exatamente sobre as obras de educação infantil que vão estar vinculadas ao Escola Bem-Cuidada. Por que eu estou propondo isso, Fleck? Porque a definição de onde vão ser essas dez escolas também precisa ser feita junto com a comunidade. Então, eu faço essa sugestão de pedido de providências, enfim, concordo com o ofício, com o GT, e acho que seria, Dr. Rodolfo, muito importante o acompanhamento da Defensoria sobre esse tema, nesse sentido extrajudicial.

Encerro, além dessas contribuições de encaminhamento, mais uma vez colocando que o nosso mandato está à disposição da CECE, nós não nos conformamos que, passada uma década, a gente siga com obras inacabadas e abandonadas, porque é verdade, Seixas, que, no caso lá da Ana Paula, não é nem 10% concluída, mas, na Moradas da Hípica, nós tínhamos passado dos 80%; na Clara Nunes, era mais de 60% da obra concluída. E hoje a gente vê o quê? Abandono, mato tomando conta, vandalismo, as escolas saqueadas, enquanto a gente ainda tem mais de 8 mil crianças sem vagas na creche na nossa cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Giovanni Culau. Ver. Gilson, o senhor tem seis minutos.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, mais uma vez. Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas à Defensoria Pública, ao Dr. Rodolfo, pois falei procuradoria, não é? Faço minhas desculpas aqui. Quero fazer uma saudação especial, que não foi citada aqui, à Zelia, que é uma liderança forte lá do Lami, ao Vanderlei, que é diretor de uma escola também, e ao meu colega Cezar Ramos, que a gente trabalhou junto e lutou muito pela região sul de Porto Alegre.

A minha manifestação também é falar que eu luto muito e busco sempre, tentando ampliar as vagas. Há poucos dias, eu estive lutando bastante por uma escola de inclusão, que a maioria de vocês conhece, a Rita Yasmin. A Rita Yasmin, eu sou tipo um padrinho lá dentro, eu coloco emendas lá para que aquela escola consiga dar o atendimento necessário para aquelas crianças que precisam. Estive até fazendo uma reunião semana passada com o Jorge Murgas, dentro da Secretaria da Educação, onde a gente fez um encaminhamento pedindo para quê? Que aumentasse o número de vagas e também que se fizesse uma readequação nos valores.

Também, na parte de Belém Novo, estive também com a Secretaria da Educação na Escola Madre Raffo, ela tem condições de atender muitas vagas

em turno inverso e tem também como ampliar o atendimento. Está sendo feita uma construção maravilhosa com a Secretaria da Educação. Mas não paramos por aí, nosso trabalho é sempre forte. Estive com um parceiro, tentando também levar uma escola infantil para Belém Novo, onde tem uma tratativa, mas esperamos que isso, ao longo do tempo, a gente consiga resolver, Ver.^a Grazi. E por quê? Para tirar a criança da rua e levar para dentro de uma escola. Acho que essa é a melhor parte, é tirar do foco. Então é essa a minha contribuição, quero mais uma vez aqui parabenizar o meu colega Giovanni Culau por fazer parte, por trazer essa pauta importante para a cidade de Porto Alegre, em especial para a região do Extremo-Sul.

Mas para falar sobre o Conselho Tutelar, que foi citado aqui. O Conselho Tutelar da Restinga e do Extremo-Sul é muito pequeno para atender uma área muito grande. Então a gente tem que para ter mais um Conselho Tutelar na região do Extremo-Sul. A Restinga tem o deles, que são 70 mil habitantes ali, e aí para poder atender o resto da região, porque hoje o Extremo-Sul é 35% do tamanho da cidade de Porto Alegre, sendo muita área percorrida – muita área percorrida! Aproveitando também, Fleck, na região do Extremo-Sul, só tem uma escola de ensino médio, que é o Colégio Estadual Dr. Glicério Alves, só em Belém Novo; no Lami, não tem; no Lajeado, não tem, na Extrema, não tem; no Chapéu do Sol, não tem; na Ponta Grossa, não tem – temos que lutar para buscar. E também, Murgas, no Extremo Sul, nós só temos uma escola municipal, que é o Chapéu do Sol, ali. O resto tem as parceirizadas, mas uma escola de ensino fundamental, só temos ali. E uma escola de ensino médio, só o Glicério Alves. Então essa é minha fala, até para contribuir, deixo um abraço e obrigado pela oportunidade de estar aqui, mais uma vez, junto à nossa comissão, fazendo parte com vocês para lutar pela educação da cidade.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Gilson. A Ver.^a Grazi pediu um aparte, vai utilizar o tempo restante do Ver. Gilson Padeiro.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Sim, na verdade é porque eu tinha falado os três pontos e eu esqueci, eu fiquei enrolando aqui, meu Deus, onde é que era, mas me achei nas minhas escritas aqui. É com o secretário de Educação, quero fazer um pedido, na verdade, e aí ver se é possível. Com certeza, acho que hoje não consegue responder, mas eu acho que é uma necessidade. Eu vejo muito o Ver. Gilson Padeiro falar sobre a distância que é para a comunidade do Extremo-Sul chegar até ao Centro de Porto Alegre. E isso me faz pensar muito sobre as subprefeituras passarem a ter central de vagas, com mais eficiência. Aí eu não falo somente do Extremo-Sul, falo também das subprefeituras da cidade como um todo. Por que eu estou falando isso? Porque hoje, se a gente entra no aplicativo da Prefeitura e vai lá na central de vagas, uma família vai conseguir agendamento só daqui a duas, três semanas, porque está superlotado. Isso significa muito para uma família que está aguardando uma vaga na escola. Então, se a Prefeitura e a Secretaria de Educação pudessem pensar, a médio e longo prazo, em mudar esse esquema de inscrição para a vaga de educação infantil e passar a ser descentralizado, seria interessante. Então, estou dando essa sugestão.

E, por fim, aí é um pedido que eu acho que, além de natural, deveria ser sempre, é transparência com a demanda da região, da microrregião. Nós temos dez microrregiões. Eu, como vereadora, e acredito que a população como um todo, gostaria de saber qual é a demanda que precisa, lá para o Extremo-Sul, qual é a demanda que precisa para a microrregião 1, microrregião 2, publicizado. Nós gostaríamos de saber quais são os números, quais são as crianças, quantas crianças estão fora da escola e que precisam de vaga, por região. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Secretário, eu vou fazer a finalização, mas eu acho que o senhor queria... Sim, o senhor tem... Eu vou disponibilizar dez minutos, porque ele foi bastante demandado.

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Eu vou tentar não usar todo o tempo, serei bem rápido. Bom, vamos lá. Em resposta ao Ver. Jonas Reis, ele fez uma

série de relatos aqui das escolas. Na Ponta Grossa, eu estive lá também, logo no início do período letivo, a gente acompanhou, faltavam duas salas para se refazer. A informação que a gente tem é que faltava fazer o piso de duas salas de educação infantil. Eu falei, na semana retrasada, com o engenheiro Breda, que é o engenheiro responsável lá pela SMOI, porque essas obras são as que estão em execução pela SMOI. O recurso é da Secretaria de Educação, SMED, e a SMOI fiscaliza, e a SMED também acaba fiscalizando. E a gente acaba tendo uma atuação. Nessas escolas aqui, eu acho que só não fui na Paulo Freire. Nas outras, eu fui, a gente tem acompanhado. Fui na Vila Nova, Restinga também, bem no início, realmente, a empresa tinha feito uma bagunça em toda a escola. Então, nós tivemos uma reunião muito ríspida, inclusive, com a empresa Cetus, com os responsáveis lá, para que eles pudessem reorganizar ali, terminar a pintura, terminar para dar as mínimas condições de atendimento para aquela região, porque tem uma demanda, e tinham alunos matriculados, enfim. Todas as escolas municipais, não são as cem, porque a última escola que foi municipalizada está totalmente reformada, mas a SMOI contratou obras. A SMOI tem um relatório-diagnóstico. Então, todas as escolas têm previsão de PPCI, novo reservatório de água em função do PPCI, e cada escola tem um diagnóstico.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Eu já vou chegar lá, vereador. Todas as escolas têm um cronograma e uma execução de obras. A gente não deu ordem de início, nem todos os serviços estão sendo executados, até porque, dependendo do serviço, tu inviabilizas o atendimento escolar. Então, não tem como tu trocares um telhado com o período letivo em andamento. Então, é isso, se priorizou a execução de obras. Porventura, erro na execução da empresa, responsabilidade da empresa, nós vamos pagar duas vezes, isso não existe. E a fiscalização da SMOI é muito efetiva em relação a isso, é muito séria, e ainda, além disso, tem toda a fiscalização da SMED também, acompanhando a equipe

de engenharia, os engenheiros novos, que nós chamamos do concurso também, tem um quadro novo, nós estamos trabalhando na capacitação deles também, podendo auxiliar. Inclusive, amanhã tem uma reunião com o procurador, que nos atende, para a gente poder passar maior tranquilidade, para que eles possam também acompanhar essas execuções, mas todas as obras estão indo. A climatização, são duas etapas, uma é a possibilidade de instalação de ar-condicionado nas escolas, com a rede existente, e, além disso, a SMOI está executando o projeto para todas as escolas, da reforma elétrica para todas as escolas inteiras, da subestação às escolas, para a gente que possa climatizar. Hoje, eu até posso aqui te dar um breve relato de quais são as escolas que já estão em andamento de projetos de energia elétrica, para que a gente possa, então, climatizar, mas lembrando que as escolas que têm capacidade para receber a climatização, a gente já está fazendo. Obviamente que não vai ser a climatização em todas as salas, porque a rede atual não comporta isso, mas algumas escolas já estão providenciando a climatização de algumas salas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: E isso está em projeto. Já está em projeto, então, assim, eu vou te dar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: É uma escola, por exemplo, em que está em andamento já o projeto elétrico de toda escola, reforma elétrica de toda escola. Então, isso está em andamento, já teve a fiscalização lá da SMED, temos dois engenheiros eletricitas lá que são muito competentes, já estão fazendo as fiscalizações nas escolas, e já se iniciou o projeto. Então, assim, o que tem de andamento de ordem de serviço já e as empresas estão executando o projeto elétrico? Saint'Hilaire, América... América, inclusive, está concluído o projeto. Nós devemos licitar a reforma lá de toda a adaptação da parte de acessibilidade

e reforma elétrica em conjunto. É fase final de projeto ali, ajuste, tive reunião, inclusive, com a SMOI há umas três semanas. Judite Macedo, a Grande Oriente e a Liberato Salzano – foi reformada em função da enchente, mas a gente está revisando a parte elétrica também –, Morro da Cruz, Dolores Alcaraz Caldas, Martim Aranha, Victor Issler, José Mariano... Não, José Mariano Beck ainda não. Nós temos a Aramy Silva, a Ana Íris do Amaral, nós temos a Chico Mendes, então, enfim, acho que até cabe um pedido de informação aqui, a gente tem que estabelecer todas que estão em andamento. É uma lista, assim, das cem escolas, boa parte está toda em andamento. A gente está nesse processo de, se a escola tem capacidade para climatizar algumas salas, nós vamos climatizar. Além disso, nós estamos fazendo um projeto novo para a rede elétrica de todas as escolas. A gente tem a licitação da... A Ver.^a Juliana saiu, mas na Max Geiss, na Recanto Sabiá também vão acontecer a licitação. Recanto Sabiá é uma escola que nós devemos licitar nos próximos 90 dias.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Isso. Então, nós devemos licitar em 90 dias, no máximo, porque tem uma repactuação, a Caixa também exige isso. Então, assim, todas as obras, todas as escolas estão em processo de reforma, só que, obviamente, dependendo da reforma, não é possível fazer nesse momento porque se tem o período escolar, enfim, está tendo atividade. A Ver.^a Grazi também nominou aqui a questão das escolas. Dentro do Prometa, nós estabelecemos lá a construção também de 20 novas escolas, dez dentro da PVP; a retomada dessas sete escolas que a Unesco tinha ficado de concluir, a gente rescindiu o contrato justamente porque, até o presente momento, ela não havia licitado. Então, já respondendo ao Ver. Giovanni. Os períodos de inscrição, nós estamos fazendo, a partir de agora vamos fazer dois, em janeiro e agosto, um segundo período de inscrição. A subprefeitura já auxilia algumas comunidades com alguma necessidade no período de inscrição, mas a gente também vai mudar o processo, a gente precisa entender que nós temos que

possibilitar também que as famílias possam indicar o endereço profissional para que a gente, num primeiro momento, possa dar atendimento a dois quilômetros da região da residência do aluno, mas também possibilitar que, se naquela região não tem vaga, que a gente possa ofertar uma vaga dentro do raio de endereço profissional daquele pai e daquela mãe. Então, a gente está fazendo essa busca ativa também, como eu havia referido, a gente designou 1.500 alunos nesse período, nessas três semanas que se passaram. E, num próximo passo, nós vamos também fazer essa busca ativa, porque, muitas vezes, nós temos uma vaga comprada perto do trabalho, então nós vamos poder oportunizar para essa família. Ver. Giovani, essas repactuações são em função dos recursos do FNDE. Então, parte é recurso do FNDE; parte, provavelmente, o Município também vai ter que aportar, porque lá tinha um valor pré-definido. Nós ainda incluímos os dez endereços no PAC Seleção, dez terrenos para construção de novas escolas, que o Ver. Jonas tinha perguntado, então nós fizemos a inscrição de dez escolas, para dez novas escolas, nós fizemos a inscrição. E uma das pautas que eu fui ao encontro lá da presidente da FNDE...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quando que foi feita a inscrição para o PAC..?

SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS: Tem que buscar, vereador, eu guardo de cabeça, aqui não tenho. Há um colega lá da SMED que faz isso. E uma das pautas lá que a gente levou para a presidente da FNDE foi a inscrição que nós fizemos das escolas. A Eliane do OP nos trouxe a questão da EMEI Chapéu do Sol, da Clara Nunes. A Clara Nunes são dois processos, vamos executá-la e também estamos repactuando com a FNDE. Então, está no nosso cronograma de executar e uma coisa independe da outra. A gente está trabalhando em conjunto para poder concluir. O prefeito esteve lá no Mais Comunidade, eu acompanhei, inclusive, ele pediu que eu ficasse responsável a respeito do término da obra, e a gente está avaliando todas as possibilidades. Já respondendo ao André Seixas, nós temos uma dificuldade em encontrar um modelo jurídico e repassar dinheiro público para a creche parceirizada para a

construção de uma escola que precise de um recurso maior. Então, nós temos essa dificuldade, independentemente do valor, para o término da creche. Isso não está bem alinhado com a procuradoria. Nós estamos conversando para ver se a gente acha um processo viável e legal para que se possa fazer isso.

Acabei respondendo e fico à disposição, vereadoras e vereadores, para que a gente possa ir trabalhando em conjunto. A gente está trabalhando muito fortemente para poder dar uma qualidade na infraestrutura das escolas e a gente tem feito visitas em todas as escolas que estão em andamento de obras e tem tido esse cuidado, esse olhar para que as obras possam ser executadas com qualidade. Basicamente, é isso. A gente tem trabalhado muito forte para poder atender a essa demanda reprimida.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Jorge. Ver. Jonas, se pudesse ser breve, eu também gostaria de utilizar a palavra após a manifestação de Vossa Excelência.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente. Eu entendo tudo o que o secretário falou, mas eu queria que o secretário também pudesse entender que nós estamos esperando essas escolas há mais de dez anos. Dez anos! E, nesse momento histórico, a gente precisa resolver. Tem que descobrir quem vai resolver. E sobre usar ar-condicionado, eu não me contentei, porque é inaceitável... Está aqui a Luciane, que está lá na secretaria há quatro anos. É inaceitável, há três anos, ar-condicionado dentro da caixa. Isso é dinheiro público. Não dá. Isso não dá, secretário. Quero daí lhe fazer um pedido: para vocês, em um mês, tentar resolver isso. O que nós vamos fazer? O ar-condicionado vai ficar lá, o dinheiro público vai ficar lá apodrecendo? Quero dar um exemplo: se tu deixares cem quilos de carne pública, da merenda, fora do freezer, em quatro horas ela vai para o lixo. E o ar-condicionado perde a garantia. Fica velho, obsoleto. E eu estou falando em várias escolas. Então, eu vou encaminhar, no meu gabinete, um pedido à Defensoria Pública, para visitar as escolas, todas que têm ar-condicionado, porque é dinheiro público. Alguém tem

que ser chamado a atenção por improbidade administrativa. E não estou cobrando o secretário que está aqui. Veja bem, ele chegou agora. Ele nem sabe disso aí. Vai saber aos poucos, já que ele está indo nas escolas.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Já sabe de todos? Então tá. Então, esse é um problema. Mas não estou aqui para acusar. Eu tenho um problema, qual seja, que o ar-condicionado está parado. E nós não vamos poder esperar um projeto de climatização, Ver. Fleck. Por favor, nos ajude nisso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas. O Ver. Giovanni Culau está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Será menos de um minuto. Além de reforçar o meu agradecimento, eu queria me direcionar a todos e todas presentes, em especial para as lideranças comunitárias que estão aqui, e aos dirigentes também da rede parceira. Eu acho que nós não sairemos hoje daqui Fleck - tu vais nos conduzir nos encaminhamentos que eu considero serem os adequados -, com todas as respostas ou com a solução definitiva para esse impasse que está colocado na cidade. Mas eu quero compartilhar com vocês que eu acho que nós conseguimos hoje aqui, Fleck, iniciar um trabalho a partir da Comissão de Educação. E acho que esse papel da Comissão de Educação vai ser importante para a gente conseguir mudar o rumo dessa história, que é de dez anos de espera, como a gente tem insistido aqui. E eu acho que, acima de tudo, aquilo que nós captamos, mais os encaminhamentos que tu vais nos conduzir, Fleck, nos permite nos apropriarmos com mais qualidade para a gente seguir essa luta. E eu acho que nós só vamos conseguir vencer se nós tivermos, Eliane, Zelia, mobilização da comunidade. Então, acho que não é um encaminhamento exatamente da comissão, mas o que eu queria encaminhar junto com vocês é que, a partir do que a gente ouviu aqui, a partir dos passos

que a comissão vai conduzir conosco, que a gente faça comitês de mobilização nas comunidades pela conclusão das obras. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Giovanni Culau. Ver. Jonas Reis, o senhor falou muito na questão dos ares-condicionados das escolas. Nós, quando chegamos aqui, protocolamos um projeto de lei que cria o protocolo de enfrentamento à crise climática nas escolas, e, desde já, eu solicito a ajuda dos meus nobres amigos vereadores aqui, para que integrem, me ajudem também a qualificar o projeto, o projeto está tramitando. Como eu tinha falado com a Ver.^a Grazi, é um projeto proposto por uma deputada de São Paulo, que é um projeto muito interessante e que pode auxiliar o Executivo a vencer essa crise, que é um problema, que é a nossa nova realidade, a questão climática.

Em relação, também gostaria de fazer aqui, me dirigir ao secretário, sobre a publicação do [Decreto nº 23.215, de 2025](#), que regulamenta agora as questões relativas à educação infantil em Porto Alegre. E que teve um passo muito importante, porque muitos pais e mães mantinham matriculados seus filhos na etapa creche, mas não levavam as crianças para a sala de aula. Aqui tem vários dirigentes que podem dar esse relato, porque eles asseguravam que a criança estivesse matriculada para garantir na etapa obrigatória, mas deixavam sem que o filho permanecesse em sala de aula, prejudicando inúmeras mães e pais que necessitam realmente de estar com seus filhos nas escolas. Lá no seu art. 9, estabelece que se a criança, por 25 dias consecutivos, estiver ausente em sala de aula, ou 25 dias letivos, durante seis meses, ela perderá a vaga daquele momento, vai se chamar o suplente, e ele vai poder fazer a inscrição na próxima etapa. Agora, como o secretário referiu, são duas datas de abertura de inscrição no Município. Então, isso era uma demanda. Eu trabalhei por algum tempo na Procuradoria em Guaíba, e lá nós trabalhamos com um decreto, mais ou menos nesse sentido, para poder zerar. Porque tem muita mãe que matricula e não leva, e a gente também tem que garantir a criança em sala de aula, é uma obrigação do Conselho Tutelar, também junto com as escolas, na sua busca ativa, realizar

que as crianças estejam em sala de aula, mas também é um problema, e o maior número hoje de vagas faltantes no Município é na etapa creche. Então, eu acho que essa atenção, eu acho que o decreto, mesmo ele tendo um caráter um pouco punitivo, vai fazer com que o pai, ou o responsável, faça com que a sua criança esteja na sala de aula.

Então, para finalizar, eu gostaria de agradecer o nosso proponente, Giovani Culau; o nosso proponente, Gilson Padeiro, os demais integrantes da comissão, Ver.^a Grazi, Ver.^a Juliana, que teve um compromisso; o nosso vereador *ad hoc*, Jonas Reis; o nosso Ver. Carlo Carotenuto, pela parceria e apoio aqui na comissão.

Os nossos encaminhamentos, então, para finalizar, vai ser um pedido de informação ao Município, pela CECE, um pedido de providência. A questão do GT, nós vamos fazer uma discussão interna aqui na comissão, provavelmente eu já queria convidar, e vou depois tratar o tema, que nós vamos fazer uma reunião interna da comissão de educação no dia 6 de maio, uma reunião interna para a gente alinhar aqui os nossos encaminhamentos. E também um ofício ao FNDE solicitando o acolhimento da repactuação das escolas Clara Nunes e Urubatã, para que a gente consiga dar esse apoio ao Executivo, para que se prossiga esse projeto.

Então, eu gostaria de agradecer, finalizar a reunião. Vereador, o senhor gostaria de falar?

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Eu até queria, só para contribuir... Fizem uma fala aqui, falando sobre estrutura. No bairro Lajeado ali, na escola Clara Nunes, nós temos um grande problema ali, que a gente não tem esgoto cloacal, o esgoto cloacal termina na Parada 21 do Lami, e termina no Beco Chapéu do Sol, em Belém. Então, aquela região toda ali não tem esgoto cloacal, e o esgoto pluvial vai tudo para as valas. Então, tem que fazer um trabalho para isso acontecer, ali vai ter que fazer fossa, poço negro, filtro, tudo, para poder dar estrutura para aquela creche. Porque eu vi que fizeram a fala aqui, mas para contribuir e mostrar que a gente conhece a região ali. Está, gente? Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Ver. Gilson, então, só em relação ao prazo que os nossos convidados estão solicitando, nós vamos agora, na semana que vem, dia 6, fazer um debate interno da comissão, para tratar, então, sobre os encaminhamentos. E, com certeza, essa matéria que nós estamos tratando hoje vai ser tratada em uma próxima reunião, no segundo semestre. Então, hoje, infelizmente, não tem como dar um prazo. Até porque nós somos o Legislativo e o Executivo que tem que executar o que nós vamos solicitar ao Executivo. Mas fica aqui o nosso compromisso, que vai ser tratado como retorno. No segundo semestre, nós vamos tratar de novo sobre essa pauta, para, então, a gente saber do retorno dos encaminhamentos efetuados para o Executivo. Tá bom? Muito obrigado. Boa tarde a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h54min.)